A RODA DE CONVERSA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

THE CONVERSATION CIRCLE AS A LEARNING STRATEGY IN POPULAR EDUCATION IN HEALTH

LA RONDA DE CONVERSACIÓN COMO ESTRATEGIA DE APRENDIZAJE EN LA EDUCACIÓN POPULAR EN SALUD

Ernande Valentin do Prado¹

Renan Soares de Araújo²

Luciana Moura Mendes de Lima³

Código DOI

Resumo

A roda de conversa é uma metodologia que promove o diálogo, a troca de conhecimentos, facilita a comunicação e a aprendizagem coletiva. Ao longo dos anos, ela tem se tornado cada vez mais popular, porém a sua difusão não acompanhou com a devida atenção alguns princípios fundamentais de sua proposta. Desse modo, o objetivo do ensaio é apresentar as principais ideias desenvolvidas pelo Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde e propor um modelo de organização metodológica e de condução na roda de conversa. Trata-se de um ensaio prático-teórico-reflexivo, que tomou como base as experiências de seus autores nos cenários do Sistema Único de Saúde, na participação em coletivos de Educação Popular e na realização de estudos e pesquisas fundamentados no referencial freireano da Educação Popular. Por fim, concluímos que a roda de conversa requer cuidados em sua execução, a saber: ambiente propício, composição adequada, divisão de atribuições, conduta pedagógica, horizontal e dialógica.

Palavras-chave: Roda de conversa. Educação Popular em Saúde. Metodologias Educativas. Sistema Único de Saúde.

Abstract

The conversation circle is a methodology that promotes dialogue, knowledge exchange, facilitates communication, and fosters collective learning. Over the years, it has become increasingly popular, but its dissemination has not adequately addressed some of the fundamental principles of its proposal. Thus, the objective of this essay is to present the main ideas developed by the National Movement of Popular Education in Health and to propose a model

¹ Escola de Saúde Pública da Paraíba, Paraíba, Brasil. Email: ernande.prado@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2059-5737>

² Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil. Email: sangrelatinoamericano@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3477-638X>

³ Escola de Saúde Pública da Paraíba, Paraíba, Brasil. Email: lumouramendes@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0370-2361>

for the methodological organization and facilitation of the conversation circle. This is a practical-theoretical-reflexive essay based on the authors' experiences within the context.

Keywords: *Conversation circle, methodology, dialogue, knowledge exchange, communication, collective learning, Popular Education in Health.*

Resumen

La ronda de conversación es una metodología que promueve el diálogo, el intercambio de conocimientos, facilita la comunicación y fomenta el aprendizaje colectivo. A lo largo de los años, se ha ido popularizando cada vez más, pero su diseminación no ha abordado adecuadamente algunos de los principios fundamentales de su propuesta. Así, el objetivo de este ensayo es presentar las principales ideas desarrolladas por el Movimiento Nacional de Educación Popular en Salud y proponer un modelo para la organización metodológica y la facilitación de la ronda de conversación. Se trata de un ensayo práctico-teórico-reflexivo basado en las experiencias de los autores dentro del contexto.

Palabras-clave: *Ronda de conversación, metodología, diálogo, intercambio de conocimientos, comunicación, aprendizaje colectivo, Educación Popular en Salud.*

Introdução

A Educação Popular é uma prática político-pedagógica latino-americana, com gênese vinculada às experiências de alfabetização de adultos sistematizadas por Paulo Freire, a partir das décadas de 1950 e 1960, no Brasil. Rapidamente, a Educação Popular freireana desenvolveu-se como corpo teórico-metodológico e ético-político para além da alfabetização de jovens e adultos, repercutindo em diferentes modalidades de ensino, extensão e pesquisa, bem como no imaginário libertário e de luta por um mundo melhor de diversas gerações e partes do mundo. Por isso, na atualidade, ao falarmos sobre Educação Popular, não estamos nos referindo apenas à sua aplicação exclusiva no âmbito educacional, mas também como campo de saberes, práticas e lutas populares; ou seja, enquanto teoria orientadora de diferentes trabalhos sociais e iniciativas populares que são efetuadas em distintas áreas, contextos e territórios (Brandão, 2017; Freire, 2001; Streck, 2013).

Um caso emblemático é o da inserção e desenvolvimento da Educação Popular dentro do movimento de Reforma Sanitária Brasileira, que repercutiu na configuração do campo denominado de Educação Popular em Saúde. Tal campo distingue-se por se tratar de um pensar e fazer saúde pautada na experiência prévia, no diálogo e na problematização da realidade, na perspectiva da elaboração compartilhada do conhecimento e da ação necessária à construção do cuidado em saúde, bem como pelo

compromisso com as lutas e os direitos das populações marginalizadas (Prado, 2019; Vasconcelos, 2011). Aspectos que demandam a superação do tecnicismo e da visão biomédica tradicional, que ainda são predominantes no setor saúde (Fernandes et al., 2022; Stotz, 2005; Stotz; David; Wong Un, 2005; Vasconcelos, 2017a).

Esses são elementos que influenciaram e mobilizaram a constituição do campo da Educação Popular em Saúde, que provoca e apresenta insistentemente desafios ao Sistema Único de Saúde (SUS). Fato que se expressa não apenas no sentido de luta pela garantia efetiva do acesso universal, equânime e integral da população aos serviços de saúde pública, mas enquanto ação política que articula e colabora decisivamente para a estruturação de uma rede de ações promotoras de humanização e pavimentadora dos caminhos a serem trilhados em prol do crescimento de uma outra sociedade. Sociedade que, como assinalou Calado (2014), seja repleta de solidariedade na esfera social, regada por justiça no domínio econômico, permeada pela diversidade cultural e banhada de igualdade no plano político.

Em termos metodológicos, cabe destacar que não é o mero uso ou a aplicação de técnicas “participativas” que definem uma experiência de Educação Popular, embora seja impossível pensar a proposta metodológica da Educação Popular sem a utilização de recursos participativos e ativos — aspecto que explicita a necessidade de haver uma articulação dialética entre metodologia, métodos e técnicas. Nesse sentido, as metodologias, os métodos e as técnicas precisam ser encarados enquanto conjunto de princípios e estratégias que nos ajudam a articular coerentemente os objetivos, os conteúdos e os procedimentos das experiências educativas populares, os quais podem assumir o caráter de dinâmicas, de recursos pedagógicos, dentre outros, inventados ou adaptados para aquele contexto e/ou grupo (Pontual, 1991).

Dentre as estratégias metodológicas com ligação direta com o campo da Educação Popular — sobretudo na vertente ligada ao SUS — está a roda de conversa, que produz diálogo, facilita a comunicação e a aprendizagem coletiva e tem se popularizado ao longo dos anos (Sampaio et al., 2014). Paraphraseando Caetano Veloso (1978), talvez a roda de conversa seja, para o Movimento de Educação Popular em Saúde, “a tua mais completa tradução”. Pode ser por conta dessa popularização que os usos da roda de conversa têm sido vários e em contextos distintos, seja como parte de um todo ou como elemento da metodologia escolhida para realizar atividades de cunho educacional e/ou em eventos acadêmicos/científicos. Todavia, nossa experiência acadêmica e profissional tem nos permitido observar

que a roda de conversa é citada de tantas e em tão diferentes formas — algumas, até contraditórias — que, às vezes, é de se questionar se todos estão se referindo à mesma coisa ou à mesma roda de conversa de inspiração freireana.

Em vista disso, muitas vezes, parece-nos que algumas pessoas concebem a “roda de conversa” como um tipo de “bate-papo sem intencionalidade”, ou apenas como a conformação de um conjunto de indivíduos sentados em formato circular, sem intencionalidade subjacente ou preceitos metodológicos orientadores. Por outro lado, no Movimento de Educação Popular em Saúde e no Apoio Institucional da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB), a roda de conversa ocupa um lugar privilegiado entre as metodologias capazes de promover o diálogo e a construção de saberes. Por estas e outras tantas situações, pensamos que uma discussão sobre esse tema pode ser interessante e pedagógica.

A questão “inquietadora” de nossas reflexões e ponderações parece óbvia e bem simples: Para se realizar uma roda de conversa, basta pôr pessoas sentadas em círculo e deixar que conversem espontaneamente?

Para fundamentar e guiar a discussão proposta neste ensaio prático-teórico-reflexivo, tomaremos como base as experiências acumuladas por dois de seus autores na organização e participação no Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde — que reúne alguns coletivos como a Rede de Educação Popular e Saúde (RedePop), a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), o Grupo Temático de Educação Popular em Saúde (GT-EPS) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS) —, espaços privilegiados nos quais puderam vivenciar intensamente a Educação Popular em Saúde e colaborar de maneira ativa na construção de parte da história de evolução da roda de conversa, aqui apresentada. Assim como de suas experiências práticas na organização e condução de rodas de conversa em diferentes situações e com diferentes intencionalidades, fossem em eventos acadêmicos de proporção nacional, regional e local, ou em atividades educativas formais e informais, realizadas em salas de aulas, nos serviços de saúde do SUS ou em ambientes comunitários.

Ademais, também nos valem das experiências provenientes dos três autores no desenvolvimento de práticas sociais e profissionais, sobretudo na estratégia de Apoio Institucional da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB) e da Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB), em que a roda de conversa tem sido utilizada em situações de Educação Permanente em Saúde (EPS) e

Educação Continuada com diferentes setores, e em diferentes esferas de trabalho do SUS. Vivências que oportunizaram a organização sistemática de tais princípios metodológicos da roda de conversa. Dessa maneira, este ensaio tem como objetivo apresentar as principais ideias desenvolvidas pelo Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde, contextualizando a origem de algumas reflexões e discussões, além de propor uma estrutura de organização metodológica mínima e explicitar princípios importantes a serem considerados na ocasião da condução de uma roda de conversa.

Com esse propósito, organizamos o presente manuscrito da seguinte forma: a) inicialmente, contextualizamos como se desenrolou o processo de estruturação do Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde e como ocorreu a sua interlocução junto à esfera governamental; b) no tópico subsequente, debruçamo-nos brevemente na explicitação das raízes metodológicas e na caracterização da roda de conversa enquanto metodologia de aprendizagem/ensino; c) em seguida, abordamos como se dá o surgimento da Tenda Paulo Freire e o seu processo de inserção nos eventos de Saúde Coletiva, enfatizando como a experiência acumulada a partir dela contribui para o aprofundamento crítico-reflexivo da discussão sobre os usos da roda de conversa; d) posteriormente, contextualizamos como a concepção da Educação Popular em Saúde se insere e se entrelaça ao processo de elaboração conceitual e teórico-metodológico para a implementação da estratégia do Apoio Institucional no estado da Paraíba; e) logo após, são estabelecidas algumas orientações e traçam-se ponderações metodológicas acerca da organização e aplicação da roda de conversa; f) depois, caracterizamos as possíveis configurações da roda, com ênfase especial para a sua composição e as respectivas atribuições que cada sujeito poderá desempenhar para o seu devido andamento; g) por fim, traçamos algumas recomendações adicionais e considerações complementares para o entendimento e uso da roda de conversa de modo coerente com os princípios da Educação Popular.

Só um pouco de história

São vários os processos e as histórias de luta, de resistência e de enfrentamento travados pelos movimentos sociais populares no Brasil, em que a concepção da Educação Popular aparece como referencial teórico-metodológico, especialmente na luta pela criação do SUS e na afirmação e garantia do direito à saúde. Todavia, é no período da década de 1990, e mais incisivamente nos anos 2000, que toma corpo a compreensão da Educação Popular em Saúde não exclusivamente como campo de saberes e de

práticas, mas também como movimento social organizado que aglutina sujeitos e grupos com diferentes perspectivas — a exemplo de humanistas, cristãos e socialistas —, unidos em torno de um projeto comum e que concebem a abordagem freireana da Educação Popular como pressuposto de seu quefazer (Stotz, 2005; Stotz, David, Wong Un, 2005).

Dessa forma, o Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde tem se destacado por ser um espaço que congrega e articula lideranças comunitárias, trabalhadores da saúde, pesquisadores e docentes, dentre outros sujeitos, organizações e movimentos, que envidam esforços e ações cotidianas no sentido de promover e somar-se às ações educativas nos diferentes territórios. Tais sujeitos prezam pela construção coletiva de conhecimentos e tomam como base de reflexão as experiências, saberes, práticas e os direitos populares de cidadania, objetivando potencializar a capacidade de análise crítica e de intervenção na realidade social, com a ótica de aprimorar os processos de luta desencadeados pelas classes populares (Fernandes et al., 2022; Stotz, 2005; Stotz, David, Wong Un, 2005).

Com a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva a presidente da República e com o início da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal, no ano de 2003, estabeleceu-se um canal de diálogo entre o Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde e o Ministério da Saúde (MS), que resultou na criação do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS), o qual foi instituído no ano de 2009 e assumiu o desafio de pensar a Educação Popular enquanto política pública (Bonetti, Chagas, Siqueira, 2014; Pedrosa, 2021).

À época, foram acionados e mobilizados diferentes atores sociais e institucionais, estabelecendo um espaço de interlocução e de diálogo com os integrantes do CNEPS e buscando fomentar a discussão e a publicização desse processo de institucionalização da Educação Popular (Bonetti, Chagas, Siqueira, 2014; Pedrosa, 2021). Tal processo culmina com a promulgação, em 2013, da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (PNEPS-SUS) (Brasil, 2013), que almeja a qualificação do SUS, na perspectiva de potencializar os diversos processos, estratégias e experiências desenvolvidas na esfera da gestão, da formação em saúde, da assistência nos serviços e na participação popular e controle social (Bonetti, Chagas, Siqueira, 2014; Pedrosa, 2021).

Nesse ínterim, entre os trabalhos do CNEPS e a promulgação da PNEPS-SUS, o Movimento de Educação Popular em Saúde promoveu diferentes encontros que privilegiaram o uso da roda de conversa, sendo a grande maioria destes demandados e apoiados pelo MS. Esse foi um período em que as rodas de

conversa se popularizaram e, ao mesmo tempo, perderam algumas de suas características que julgamos importantes. Acerca disso, cabe sublinhar que tais questões, provavelmente, ocorreram pela necessidade de se buscar privilegiar a discussão de assuntos e a participação de convidados que eram de interesse exclusivamente dos setores governamentais. A questão problema é que esses convidados, quase sempre, com ou sem a intencionalidade, acabavam estabelecendo uma determinada lógica de fala e, principalmente, de “tempo de fala” que não condizia com os aspectos metodológicos e práticos que devem reger uma roda de conversa que se pretenda horizontal e dialógica.

À vista disso, muitas rodas, e não apenas em eventos “apoiados” por instâncias governamentais, deixaram de ser um lugar onde a fala e o tempo de fala eram distribuídos de forma democrática e igualitária, e passaram a concentrar a palavra na “autoridade” da vez ou em qualquer outra pessoa mais expansiva. Assim, perdeu-se a centralidade no outro, e o que deveria ser uma roda de conversa, tornava-se púlpito para palestrantes ou “mesa-redonda” estruturada em forma de círculo. A esse respeito, cabe destacar, por exemplo, que já vimos alguns eventos em que todas as atividades eram denominadas de roda de conversa, simplesmente porque os participantes do evento estavam dispostos em círculo, mesmo que a condução e a intencionalidade não diferisse de um modelo similar a uma mesa-redonda, uma palestra ou até mesmo um mero debate.

Na época, acreditávamos que essa distorção na forma de organizar e conduzir a roda de conversa havia acontecido pelo simples fato de se estar, em alguns momentos, privilegiando que pessoas sem vivência com a metodologia da roda de conversa atuassem como coordenadores de roda — os quais eram simpáticos ou representantes de “autoridades” convidadas —, a ponto de lhes permitir falar à vontade e sem controle de tempo, enquanto outros não tinham os mesmos direitos de fala. E essa forma de fazer foi “contaminando” quem participava desses eventos e passou a ser reproduzida de forma acrítica em outros espaços.

No entanto, é possível que isso tenha ocorrido porque quem queria organizar uma roda de conversa contava apenas com a experiência de ter visto uma roda acontecer. Ou seja, aprendia-se a partir da observação, já que não havia disponível material algum de apoio, alguém que lhe desse direcionamentos, uma indicação de texto ou um vídeo que auxiliasse e desse suporte. Quanto a essa questão, vale destacar que o nosso próprio caso foi assim. Aprendemos, inicialmente, por meio da participação em rodas de conversa e da observação de como os outros a conduziam. A partir daí,

passamos a experimentar, incorporar e testar o que parecia ser coerente com os princípios da Educação Popular, cortando aquilo que era percebido como inadequado.

Entretanto, essa preocupação em sistematizar uma “forma” de fazer a roda de conversa aconteceu pela primeira vez em 2012, quando a RedePop sistematizou orientações para a organização e condução das rodas. Como resultado disso, no ano de 2019, foi produzido um vídeo pelo Coletivo Série SUS, intitulado “Você sabe como fazer uma roda de conversa?” (Prado et al., 2019). Nele, foram utilizados parte das orientações pensadas pelo Movimento de Educação Popular em Saúde para a realização de rodas de conversa, e esse material foi, durante algum tempo, uma das poucas referências para se aprender a fazer uma roda de conversa.

Um ponto de partida para a roda de conversa

A roda de conversa, enquanto metodologia, tem como inspiração e ponto de partida os Círculos de Cultura das experiências desenvolvidas por Paulo Freire e seus colaboradores. Para Brandão (2008), o Círculo de Cultura é o símbolo mais adequado das experiências de Educação Popular realizadas na América Latina a partir da década de 1960. Segundo o autor, O Círculo de Cultura tinha a intenção de dissolver os modelos hierarquizados antecedentes e democratizar a palavra, a ação e a gestão coletiva do poder.

Acerca disso, Brandão (2008, p. 77) diz que “no círculo de cultura o diálogo deixa de ser uma simples metodologia ou uma técnica de ação grupal e passa a ser a própria diretriz de uma experiência didática centrada no suposto de aprender a ‘dizer a sua palavra’. Experiência que nasce, também, da crítica aos procedimentos “bancários” (Freire, 2019), que, como assinalamos, são identificados em diferentes contextos e eventos, sejam eles no âmbito acadêmico ou na esfera do setor saúde. Aspectos que expressam o necessário alinhamento teórico-metodológico que a metodologia da roda de conversa precisa manter com a proposta dos círculos de cultura, uma vez que o Círculo de Cultura se originou da crítica ética e política dos movimentos de cultura popular à educação bancária.

É fato notório que os congressos, seminários e encontros do setor saúde têm a tradição de realizar mesas redondas, geralmente com convidados que são especialistas renomados. Ao público “ouvinte”, resta ficar enfileirado em frente destes, fazendo uso da palavra e tendo a sua participação autorizada apenas ao final da fala dos especialistas, caso reste algum tempo. Assim, a discussão, quando há,

usualmente é apenas entre os especialistas, pois eles são as “autoridades” no assunto. De tal modo, cabe às demais pessoas apenas assistir e formar a sua opinião, sem a possibilidade de interagir, estando, assim, destituídas da oportunidade de expor seus pontos de vista e sem a chance de oferecerem suas perspectivas.

A intenção da roda de conversa no Movimento de Educação Popular em Saúde era justamente romper com esse modo de fazer, demonstrando que todos têm o que dizer e devem, de fato, dizer. A esse respeito, Brandão (2008, p. 77) diz que, no Círculo de Cultura, um dos fundamentos é a compreensão de que “cada pessoa é uma fonte única de uma forma própria de saber, e qualquer que seja a qualidade desse saber, ele possui um valor em si por caracterizar a representação de uma experiência individual e de partilha na vida social”. Por isso que, coerente com essa concepção, a roda de conversa, da mesma forma que o Círculo de Cultura, parte do pressuposto da disposição das pessoas em círculo, de modo que nenhuma ocupe um lugar proeminente e que todos os participantes possam dizer a sua palavra, e não apenas ouvir.

Tenda Paulo Freire e os coletivos de Educação Popular em Saúde

A Tenda Paulo Freire tem a sua origem relacionada com a experiência do Fórum Social Mundial, que ocorreu no ano de 2005, em Porto Alegre, Brasil. Nessa ocasião, foi estruturado o denominado “Espaço Che: Saúde e Cultura”, que estava situado no Acampamento Intercontinental da Juventude e que se destacou como um potente ambiente de produção de cuidados e de debates sobre questões relativas à saúde. Nesse sentido, cabe destacar que a primeira edição da Tenda Paulo Freire foi no 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado em 2006, no Rio de Janeiro. Desde então, a Tenda Paulo Freire passou a ser incorporada em diferentes eventos, atividades e espaços de diálogo e articulação, a exemplo de sua realização em conferências nacionais e estaduais de saúde, em edições do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em vários eventos de saúde coletiva, bem como em outros espaços e oportunidades, estando, em seu planejamento e execução, sempre alinhada com um horizonte democrático e emancipatório (Cruz, Vasconcelos, 2017; Pulga, 2018).

Com esse propósito, a Tenda Paulo Freire destacou-se como espaço promotor de encontros, discussões e reflexões individuais e coletivas, oportunizando processos educativos, estabelecendo articulações e mobilizações políticas e colaborando com o processo reflexivo e prático sobre as ações de

cuidado em saúde. Tudo isso juntamente com a valorização dos saberes, das experiências, da arte e da cultura popular (Cruz, Vasconcelos, 2017; Pulga, 2018).

Pedro Cruz, à época coordenador da ANEPOP, disse, no vídeo produzido a partir da Tenda Paulo Freire — que foi realizada na Feira Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (FENAGEP) —, que ela é um espaço de encontros das pessoas que militam no SUS, na Educação Popular e na cultura. Segundo ele, a Tenda promovia um encontro cheio de diálogo, amorosidade e intencionalidades políticas e culturais, e que isso era um grande desafio, uma vez que os eventos da área da saúde não são pensados e realizados com esse fim (Prado, 2010).

Eram os coletivos nacionais de Educação Popular em Saúde que articulavam a realização das Tendas Paulo Freire, e a sua organização sempre se dava de forma coletiva e contextualizada com o evento em que a Tenda aconteceria. Assim, estudava-se o tema do evento, o público e os convidados e buscava-se a harmonização das rodas ao tema geral, sempre mantendo a coerência com a perspectiva popular. Em seguida, discutia-se como seria a composição das rodas, acordava-se quais seriam os convidados possíveis e necessários para provocar a discussão e quem ficaria a cargo de se responsabilizar pela coordenação de cada momento.

Não havia um número fixo de convidados para cada tema, pois, em geral, os convidados de uma roda sempre estavam participando e contribuindo com a dinâmica de outras rodas, o que, por essa razão, ajudava na dinâmica de toda a Tenda. Além do mais, procurava-se privilegiar diversas óticas, sempre incorporando o ponto de vista de militantes dos movimentos sociais populares, praticantes de cuidados tradicionais de saúde — como parteiras, benzedadeiras, massoterapeutas, religiosos, dentre outros — e a presença de pessoas dos coletivos de Educação Popular em Saúde.

As Tendas Paulo Freire antes eram realizadas em espaços periféricos e quase sem visibilidade nos eventos, mas quando se iniciou o processo de apoio do MS, as Tendas começaram a ocupar espaços centrais na programação. Assim, foi deixando de ser um espaço exclusivo de militantes da Educação Popular em Saúde e ganhou maiores holofotes, de tal modo que presidentes de associações, autoridades políticas e científicas passaram a privilegiá-la, até em detrimento da programação central de alguns eventos. Além disso, o próprio MS passou a planejar e programar o lançamento de políticas e publicações no ambiente das Tendas e fazer dela local para a apresentação e discussão dessas questões.

Com o passar do tempo e com o aumento no volume de eventos, começaram a surgir aspectos

incoerentes com os princípios da Educação Popular, inicialmente percebidos pela mudança na dinâmica e introdução de pautas, convidados e formas incongruentes que não se identificavam com o Movimento de Educação Popular em Saúde. A preocupação com essa situação tomou corpo e passou a ser melhor sistematizada a partir de 2012, por iniciativa da RedePop, e ganhou forma com a proposta de preparar, minimamente, os coordenadores para que se tornassem hábeis em conduzir as rodas. O que abarcava não apenas o momento de sua execução, mas o planejamento e a explicitação de seu processo, pois percebia-se que as pessoas que eram convidadas para provocar, problematizar e disparar determinados assuntos, e até mesmo os próprios participantes, muitas vezes, precisavam de orientações sobre a natureza e o funcionamento da roda de conversa.

Acerca disso, tornou-se cada vez mais explícito para nós que o “sucesso” de uma roda, especialmente quando se esperava a produção de determinados resultados — como em uma conferência, por exemplo —, dependia significativamente de uma condução segura, denotando a importância do desempenho do coordenador da roda.

A roda de conversa e a experiência do apoio institucional na Paraíba

O histórico da Educação Popular em Saúde no estado da Paraíba é bastante profícuo, mas podemos destacar que muito de sua evolução teórico-prática se deve ao trabalho de sistematização do Professor Eymard Vasconcelos. Tal trabalho iniciou-se no final da década de 1970, perpassando a década de 1980, período em que ele atuou na região do brejo, no estado da Paraíba, junto com sua companheira Nelsina Dias e muitas outras pessoas, colaborando com as lutas do povo e com a estruturação inicial de alguns serviços de saúde locais e no processo de criação do Movimento Popular de Saúde da Paraíba (Vasconcelos, 2017b).

Essas experiências oportunizaram muitos frutos que resultaram na articulação de vários sujeitos, movimentos e instituições, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) — especialmente a partir do processo de estabelecimento dos componentes de estágios nas regiões interioranas do estado e no desenvolvimento de iniciativas de extensão, e posteriormente a partir da acolhida de militantes e demais pesquisadores interessados pela Educação Popular no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB —, de grupos vinculados à pastorais sociais da Igreja Católica e alguns serviços vinculados à SES e às secretarias municipais de saúde (Vasconcelos, 2017b).

Assim, conformou-se um grupo que aglutinou vários sujeitos — tanto da própria Paraíba como de fora do estado — que desenvolviam experiências de ensino, pesquisa e extensão, ou até mesmo trabalhadores de saúde que se orientavam pelo referencial da Educação Popular em Saúde. Isso repercutiu na formação prática-teórica de muitas pessoas que, posteriormente, assumiram funções na estrutura de órgãos governamentais, a exemplo de direções, departamentos, núcleos e coordenações na esfera estadual e/ou municipal. Em razão disso, algumas pessoas que eram oriundas desse processo passaram a atuar no Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (CEFOR/RH-PB), atual ESP-PB, e contribuíram de forma decisiva no processo de elaboração teórico-conceitual e na implementação e aplicação prática da estratégia do Apoio Institucional no território paraibano.

Segundo Prado (2025), em tese de doutorado na Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Apoio Institucional, no SUS, é uma função estratégica ocupada pelo trabalhador da saúde, preferencialmente sanitaria, destinada a “sustentar e empurrar”, como diz Campos et al. (2014, p. 991), outros trabalhadores e gestores para que estes consigam conduzir o sistema a respeitar seus princípios, tal qual descrito na Constituição Federal (Brasil, 1988), a fim de que seja cada vez mais resolutivo e ofereça cuidados com a maior integralidade possível. Tudo isso feito, preferencialmente, pela aglutinação de coletivos, utilizando a EPS como dispositivo capaz de promover mudanças nos processos de trabalhos e valorizar a democracia institucional, como preconizado pela Política Nacional de Humanização (PNH) (Brasil, 2010).

Na Paraíba, como descrito por Brutscher et al., (2017), o Apoio Institucional foi instituído a partir de um curso de qualificação para gestores do SUS, desenvolvido pelo CEFOR/RH-PB, em parceria com o Instituto Aggeu Magalhães, da Fiocruz, e a SES-PB. Esta característica, além da consolidada tradição do Movimento de Educação Popular em Saúde no estado, explica parte dos motivos pelos quais muitas pessoas com essa vivência passaram a atuar, em diferentes momentos e em distintas funções, no CEFOR/RH-PB, e a ter a roda de conversa como metodologia prioritária na condução das ações cotidianas das equipes, tanto em encontros educativos e ações pedagógicas quanto em reuniões administrativas.

Pode-se dizer que, quando há a intencionalidade de conversar, discutir, pensar juntos, fazer cogestão, ser um colegiado, é preciso que as conversas ocorram em roda, com todas as pessoas podendo olhar umas para as outras. Então, se a proposta é democratizar as relações entre trabalhadores e gestão, o Apoio Institucional sempre concebeu que isso precisa ser feito em roda. A esse respeito, é pertinente

exemplificar que, em um auditório, por mais que seja possível estabelecer uma conversa, será provavelmente uma comunicação entre alguém situado na plateia — geralmente fazendo uma pergunta — com quem está no palco, respondendo uma dúvida; ou seja, uma comunicação tradicional, conforme descrito por Araújo e Cardoso (2007). Nesse sentido, não é possível afirmar que essa seja realmente uma conversa — ao menos, não entre todos os que estão presentes no espaço.

Entendemos que a roda é uma construção cultural que não foi criada pela Educação Popular nem tampouco por sanitaristas, mas seu modo de fazer foi apropriado por eles e pode ser aprendida e ensinada conforme seus princípios. Por isso, e pela compreensão ampliada da função da roda para o trabalho do apoiador na Paraíba, sempre houve certa postura didática em apresentar e delinear as formas e possibilidades organizativas da roda, explicitando-as para todos os envolvidos, sejam eles participantes ou futuros mediadores. Além disso, as iniciativas de EPS voltadas ao próprio Apoio Institucional sempre foram pensadas e executadas tomando a roda de conversa como metodologia central, embora não a única.

O aspecto pedagógico da função do Apoio Institucional, desenvolvida no estado da Paraíba, perpassa toda e qualquer tarefa ou ação do apoiador, mesmo as que parecem se enquadrar simplesmente em uma dimensão técnica — o que dificilmente existirá de forma isolada —, a exemplo do ato de acessar um sistema de informações e extrair dados, pois as mediações práticas e relacionais cotidianas do apoiador institucional acontecem em roda, sejam elas físicas ou figuradas.

O que queremos destacar com isso é que a intencionalidade do apoiador institucional deve estar balizada pela perspectiva de buscar atuar junto, sempre “com” os outros trabalhadores, e não simplesmente “para” ou “apesar” deles, pois consideramos que a solidariedade, o trabalho colaborativo e o fortalecimento da autonomia são pressupostos fundamentais, que devem ser alimentados e desenvolvidos.

Por esse motivo, consideramos que a roda de conversa é uma estratégia metodológica coerente com os pressupostos de atuação do apoiador institucional e demonstra de maneira salutar a compreensão do diálogo, não apenas como técnica ou ferramenta, mas como princípio ético e fundamento estruturante do processo de aprendizagem-ensino, o qual toma a realidade e os conhecimentos prévios das pessoas como essenciais à construção, ressignificação e compartilhamento dos saberes.

Um modelo de roda de conversa

Se podemos oferecer algumas orientações sobre como organizar e conduzir uma roda de conversa, talvez a primeira seja: ela não deve ser confundida com um espaço tradicional de debate, mesa-redonda ou palestra, seja em eventos científicos — que apresentam características específicas na forma de fazer —, seja em salas de aula, ações de Educação em Saúde ou de EPS.

A primeira intenção da roda parece ser distribuir as oportunidades de fala, de propiciar ao outro dizer a sua palavra. Ou seja, promover a conversa de modo a proporcionar um entendimento dos assuntos a partir do maior número possível de pontos de vista, rompendo com o entendimento da educação bancária, de que há alguns que sabem e, portanto, devem falar, e outros que, por não saberem, devem ouvir (Freire, 2019).

Ao se iniciar uma roda, ou até antes, na proposição de uma atividade que tenha a roda de conversa como metodologia, é importante levar em conta alguns aspectos e princípios.

O primeiro deles é o de que uma roda de conversa não é um debate. Por isso, a palavra deve circular por ordem de inscrição. De tal modo que, quem se sentir tocado ou provocado, não deve travar diálogos paralelos ou tomar apartes, mas se inscrever e aguardar a sua vez de falar, não se regendo por qualquer noção de hierarquia ou pessoalidade. Na roda, fala-se com todos, e não com uma pessoa em particular. Para além disso, cabe ressaltar alguns elementos que julgamos importante considerar no processo de realização de uma roda de conversa, os quais não estão diretamente relacionados com a sua execução propriamente dita, mas que são de fundamental importância. Por exemplo, para que possamos realizar uma roda de conversa, é imprescindível que tenhamos e organizemos um ambiente propício, que seja confortável, agradável, acolhedor e adequado à partilha e ao diálogo.

Um outro aspecto basilar para o desenvolvimento de uma roda é a definição de uma temática ou pergunta geradora a ser discutida e trabalhada em um processo coletivo de problematização, aprofundamento reflexivo, incremento teórico e ressignificação das compreensões, em um movimento consensual e dialético de constituição de novas sínteses. Para tanto, é crucial que haja tempo suficiente para o desenrolar da roda e o circular das falas, pois não é possível conduzir os trabalhos de uma roda de conversa sem haver tempo hábil para tal.

Na condução de uma roda, ainda que alguns desempenhem funções específicas, todos são participantes de maneira igualitária e, portanto, devem ter o mesmo direito e chance de expressar seu

ponto de vista, seja pela fala, seja por meio de uma outra forma de linguagem. Importante destacar: o espaço da roda não deve se limitar às falas. É muito importante que se busque valorizar o sensível, as múltiplas linguagens e as diferentes formas de expressão artísticas e da cultura popular — não reforçando nem privilegiando a visão dominante que só recorre à linguagem discursiva, quase sempre de expressão autoritária. O importante é garantir que todos se escutem e que o espaço de partilha de ideias, olhares, reflexões, saberes e experiências seja estabelecido e concretizado.

Em vista de tudo que falamos, recomendamos a seguinte composição para a roda: coordenador, provocador, pessoa designada para fazer as inscrições e controlar o tempo de fala e, em algumas situações, o relator. Para evitar a burocratização da roda, é importante que se entenda que esse não é um arranjo fixo ou válido para todo tipo de roda, de lugares e de situações.

A experiência tem nos mostrado que essa composição é apropriada e consegue dar conta de realizar atividades em rodas grandes, com mais de 30 pessoas. No entanto, o ideal para uma roda é que não se tenha uma disposição com mais de 25 participantes, se for uma ação de Educação Popular ou de EPS, que exija uma conclusão ou um encaminhamento bem compreendido por todas as pessoas. Quando isso não é observado, há chances de que aconteça justamente aquilo que se pretende evitar, ou seja, um ambiente em que algumas pessoas falam e os outros não ouvem, ou que os assuntos não são discutidos e aprofundados, mas apenas apresentados.

Composição e atribuições na roda

O coordenador deve conduzir o processo, apresentar o provocador, o relator — se for o caso —, e conduzir o processo de escolha das pessoas que farão as inscrições e controlar o tempo de fala — se for o caso. Pactuar com a roda o tempo de fala e a forma de controle de tempo utilizada, caso seja necessário — e quase sempre é. Explicar aos participantes da roda os objetivos da discussão e as etapas, se for o caso, o horário de início e fim da roda. Acerca disso, é importante destacar que a roda deve ter apenas um coordenador, pois isso evita a possível dispersão de “autoridade”, sempre levando em conta que a autoridade do coordenador é legítima porque foi conferida pela roda, durante as pactuações iniciais, e essa autoridade jamais poderá ser confundida com autoritarismo, como discutido por Freire (2013).

Ao coordenador, antes da roda começar, compete, e isso é muito importante, explicar e pactuar com o provocador como será a sua participação e o seu tempo de fala, o qual pode ser diferenciado ou

não dos demais participantes. Também deve instruir todos os participantes da roda, de forma que estes possam desempenhar suas funções e a roda chegar ao objetivo proposto.

O coordenador deve ficar muito atento às falas, reconduzindo a discussão cada vez que o assunto estiver se desviando da proposta. Também deve reposicionar a discussão quando as falas estiverem se repetindo. Deve evitar a todo custo que haja falas sem inscrição, apartes e outros dispositivos que burlam a fila de inscritos e podem estimular os demais membros da roda a não respeitarem o que foi acordado para manter o ambiente de diálogo.

Não é necessário que o coordenador faça uma fala final, não ao menos no sentido de conclusão. O ideal é que a conclusão seja da roda. O que pode ser interessante é oferecer um resumo do que foi discutido, apenas no sentido de demonstrar tudo que foi conversado e, se o objetivo era tirar um encaminhamento, apresentar cada um deles nesse tipo de situação. Em vista disso, é interessante avaliar a possibilidade de escolha de uma pessoa que desempenha a função de relator.

Uma observação importante sobre o processo de coordenar e que precisa ser realçada é a de que, na roda de conversa, todos devem ser tratados como iguais e ter as mesmas oportunidades de fala. No entanto, essa condição não é recomendada para o coordenador, que deve evitar pedir o direito de inscrição para manifestar suas opiniões, uma vez que, a ele, cabe o papel de provocar e estimular as falas, fazendo, assim, a roda girar. Portanto, se o coordenador tiver algo para dizer sobre a discussão, recomenda-se que o faça em forma de problematização, provocando mais conversas. Quanto menos falar e mais discreto for o mediador, melhores tendem a ser as expressões na roda.

O provocador é uma pessoa convidada para iniciar a discussão por meio de uma fala provocativa, tendo entre 5 e 8 minutos, no máximo. E, como dissemos anteriormente, o provocador deve ser orientado pelo coordenador, antes da roda iniciar, mas também receber antecipadamente orientação por escrito sobre seu papel na roda, tempo de fala e objetivos a serem atingidos.

É importante que o provocador entenda que não é o centro da discussão, o que é natural em uma mesa redonda ou palestra, por exemplo. Por essa razão, não se espera dele uma fala com conclusões e afirmações. Suas opiniões e argumentos precisam ser contidos para que fluam a opinião e os argumentos da roda. A função central é iniciar a discussão; para isso, o ideal é que formule as questões em forma de perguntas, de provocações, assim dará a oportunidade de a roda refletir sobre os assuntos.

No que tange às pessoas que ficarão responsáveis por realizar a inscrição e controlar o tempo de fala, sempre que possível, é recomendado que sejam escolhidas dentre os próprios participantes da roda. Isso dá a chance de mais pessoas participarem da gestão da roda e passa a ideia de que, se uma fala for contida, tal fato estará sendo efetuado por uma pessoa que usufrui de um poder delegado por toda a roda, e não pela vontade pessoal do coordenador. Uma outra questão, não menos importante, é que se pode ter ou não o controle do tempo de fala das pessoas, mas caso isso ocorra, deve-se esclarecer desde o início, para que todas as pessoas presentes tenham exatamente o mesmo direito de tempo de fala.

O relator, por sua vez, é a pessoa que tem a função de anotar os principais acontecimentos da roda, fotografar e entregar a sistematização ao final, conforme o pactuado com antecedência. Nesse sentido, importa explicitar que a sua função é muito importante quando a roda precisa fazer encaminhamentos dos assuntos discutidos, na medida em que ele será responsável por registrar as principais ideias e apresentar as considerações e apontamentos que surgiram a partir do diálogo estabelecido na roda.

Recomendações adicionais

a) A função do provocador pode ser substituída ou ele mesmo pode utilizar-se de uma performance artística, uma música, uma poesia, dança, uma peça de teatro, vídeo, fotografia, cordel, dentre tantas outras possibilidades;

b) Em alguns casos, o convidado pode nem ter uma fala inicial, mas se misturar à roda e contribuir com suas falas a partir de inscrições normais. Porém, quando ele abre a roda com uma fala inicial, pode ser interessante pactuar se será necessário se inscrever para realizar novas falas ou se pode fazer isso sempre que julgar necessário;

c) É recomendável que o provocador evite “ter a última palavra” sobre os temas discutidos. Na maioria das vezes em que isso acontece, passa-se a mensagem de que os argumentos e opiniões na roda são concessões e que o importante é a fala do especialista e/ou da “autoridade”;

d) Esta composição descrita não deve ser estática ou funcionar ao contrário do que se pretende, caso contrário, vai burocratizar e dificultar o processo ao invés de melhorá-lo. Para que isso não aconteça, é importante entender que o contexto de cada roda é que realmente vai determinar a composição ideal. Por conseguinte, compete ao coordenador da roda ficar atento e perceber o ambiente e fazer as

alterações que sempre serão necessárias. Por exemplo, a função de coordenador e provocador, em alguns casos, pode ser desempenhada pela mesma pessoa, em outras, não. Tudo depende do tamanho da roda, do assunto e, sobretudo, do perfil de quem irá coordenar;

e) Para caracterizar realmente uma roda, é interessante que o coordenador, provocador e relator evitem estar um ao lado do outro em sequência. De tal modo, recomendamos que se espalhem. Isso evita a impressão de que há uma mesa diretora dos trabalhos;

f) Quando houver mais de 25 participantes na roda, pode ser interessante evitar as apresentações iniciais. Em alguns casos, a pessoa pode se apresentar na primeira vez que pedir a palavra. Isso evita o prolongamento do início da conversa;

g) Em algumas situações, pode-se dar preferência de fala a quem ainda não falou, mesmo tendo que alterar a ordem de inscrição. Esta é uma decisão que compete ao coordenador e, sempre que se for proceder assim, faz-se necessário justificar para evitar algum possível mal-entendido;

h) O controle de tempo não necessita de precisão, de modo que alguma tolerância pode ser necessária. Por outro lado, lembre-se, a autoridade para “cortar” ou pedir que se faça a conclusão da fala de alguém que está ultrapassando o tempo foi delegada pela roda nas pactuações iniciais;

i) A roda de conversa não é a resposta para todas as discussões e processos educativos possíveis. Quando for necessário um debate ou uma palestra longa com o ponto de vista de um especialista ou uma instrução detalhada de uma técnica, pode-se pensar em outros arranjos metodológicos mais apropriados ou até mesmo em outro modelo, por exemplo, uma palestra ou oficina, seguida de uma roda de conversa e vice-versa.

Considerações finais

Diante do que foi explanado, é possível constatar que a roda de conversa é uma metodologia que tem sido constantemente empregada em diferentes atividades formativas e eventos acadêmicos em todo Brasil, sendo oriunda das experiências e práticas de Educação Popular em Saúde e inspirada pela abordagem dos Círculos de Cultura freireano. Esta se destaca enquanto estratégia metodológica que facilita e promove o processo de aprendizagem-ensino de modo democrático e com múltiplos pontos de vista, tendo o diálogo como imperativo ético-político e pressuposto teórico-prático.

Nesse sentido, buscamos contextualizar a origem de algumas reflexões e explicitar aprendizados e ponderações produzidas a partir das nossas experiências de participação no Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde e em decorrência das nossas experiências acadêmicas e profissionais. Dessa forma, fomos levados a concluir que, mais do que uma proposta que pode ser aplicada de forma indistinta, a roda de conversa é uma metodologia que requer alguns cuidados em sua execução, a saber: ambiente propício, composição adequada, divisão de atribuições, conduta pedagógica, horizontal e dialógica, dentre outras questões.

A partir da elaboração do presente artigo, buscamos esboçar uma proposta de composição para a efetivação de uma roda de conversa que deve possuir, ao menos, uma pessoa desempenhando a função de coordenador da roda, podendo haver, a depender da situação e dos objetivos, o estabelecimento de outros papéis que podem ser exercidos, como o de provocador, o de relator e, caso seja necessário, alguém que esteja incumbido de realizar a inscrição e controlar o tempo de fala.

Por fim, destacamos que, mais do que uma “receita” de como fazer, o intuito de nosso esforço foi o de apresentar, de forma mais sistematizada, algumas reflexões, inquietações e ponderações relativas ao processo, uso e organização de rodas de conversa, que parecem relevantes tanto para eventos acadêmicos, quanto para atividades educativas e pedagógicas. Nesse ínterim, aproveitamos para resgatar parte da origem e dos fundamentos teóricos-prático da roda de conversa enquanto metodologia, como forma de socializar essas reflexões e contribuir para que outras pessoas, trabalhadores do SUS, militantes dos Movimentos de Educação Popular em Saúde, dentre outros, possam vir a fazer uso da roda de conversa de forma coerente com os princípios freireano, do SUS e de uma nação cada dia mais democrática.

Referências

ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

BONETTI, Osvaldo Peralta; CHAGAS, Reginaldo Alves; SIQUEIRA, Theresa Cristina de Albuquerque. A educação popular em saúde na gestão participativa do SUS: construindo uma política. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p. 16-24.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na área da saúde. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; PRADO, Ernande Valentin do (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 34-40.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo de Cultura. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 76-78.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Diário Oficial da União**. 19 nov. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUTSCHER, Volmir José *et al.* Apoio institucional: concepção e arranjo organizativo na Paraíba. In: BRUTSCHER, Volmir José; CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito; PEREIRA, Rebecca Cabral de Figueiredo Gomes (org.). **Gestão do SUS na Paraíba: estratégias de educação e apoio**. Recife: FIOCRUZ, 2017. p. 95-110.

CALADO, A. J. F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro *et al.* (org.). **Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 355-375.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa *et al.* A aplicação da metodologia Paideia no apoio institucional, no apoio matricial e na clínica ampliada. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. supl. 1, p. 983-995, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/DTWSYxgyjHpg9tJfGD5yVkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. Dez anos depois da Tenda Paulo Freire do 3º congresso brasileiro de extensão universitária: sistematizando uma experiência fundante na história do movimento nacional de extensão popular. In: SOUSA, L. M. P. *et al.* (org.). **Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2017. v. 2, p. 195-235.

FERNANDES, Rebecka Souza *et al.* Potencialidades da educação popular em tempos de pandemia da Covid-19 na Atenção Primária à Saúde no Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 26, e210142, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/kLGyYmhg3qZf6cRhXyxnT9M/#>. Acesso em: 27 dez.

2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PEDROSA, José Ivo dos Santos. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re)conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva.

Interface (Botucatu), Botucatu, v. 25, e200190, nov. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/icse/v25/1807-5762-icse-25-e200190>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PONTUAL, Pedro. **Metodologia, metodos y técnicas en la educación popular**. CEP Alforja, 1991.

PRADO, Ernande Valentin do; FLOSS, Mayara; NOMIYAMA, Seiko; ALENCAR, Islany Costa. **Você sabe como fazer uma roda de conversa?** (Vídeo). 2019. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=cy8rxq8xNj8>. Acesso em: 20 out. 2023.

PRADO, Ernande Valentin do. **O que é mais antigo, o SUS ou a Educação Popular em Saúde**. (Vídeo). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Jybx-8-kU8>. Acesso em: 1 jan. 2024.

PRADO, Ernande Valentin do. **Tenda Paulo Freire no FENAGEP 1ª Parte**. (vídeo) 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HJpYNB6lgOY&list=UUPitAHWx4zd_7GAiE HmetHQ&index=4. Acesso em: 21 out. 2023.

PRADO, Ernande Valentin. **As experiências e os saberes das apoiadoras institucionais da gestão da Secretaria de Estado da Saúde na Paraíba: perspectivas baseadas no Círculo de Cultura** [tese]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2025.

PULGA, Vanderléia Laodete. As múltiplas dimensões da educação popular em saúde que emergem das experiências e dos saberes produzidos nas redes de cuidado das mulheres camponesas. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (org.). **Educação popular em saúde: desafios atuais**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 85-106.

SAMPAIO, Juliana *et al.* Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, supl. 2, p. 1299-1312, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/dGn6dRF4VHzHQJyXHNSZNNd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2023.

STOTZ, Eduardo Navarro. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de

experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Trab. educ. saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-30, 2005.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/sFmKc6cJnJXsQZXY4wSDSWf/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

STOTZ, Eduardo Navarro; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; WONG UN, Julio Alberto. Educação popular e saúde: trajetória, expressões e desafios de um movimento social. **Rev. APS**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 49-60, jan./jun. 2005. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/educacao-popular-e-saude-2013-trajetoria-expressoes-e-desafios-de-um-movimento-social>. Acesso em: 27 dez. 2023.

STRECK, Danilo Romeu. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa (org.) **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 356-368.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Redefinindo as práticas de saúde a partir da educação popular nos serviços de saúde. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; PRADO, Ernande Valentin do. (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017a, p. 19-33.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Os caminhos do aprendizado na extensão universitária: análise com base em uma experiência marcante. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Caminhos da aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec, 2017b, p. 13- 34.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular, um jeito de conduzir o processo educativo. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. 1. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 28-34.

VELOSO, Caetano. **Sampa**. Álbum: Muito dentro da estrela azulada. Rio de Janeiro, Phillips, 1978. Disponível em: <https://music.youtube.com/watch?v=4UeFwOEoobg&si=cm1moRzC1XKBM9nG> Acesso em: 3 jan. 2023.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

Como citar este artigo: PRADO, Ernande Valentin do; ARAÚJO, Renan Soares de; LIMA, Luciana Moura Mendes de. A roda de conversa enquanto estratégia de aprendizagem na educação popular em saúde. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 22, 2025. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11275>.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Contribuições individuais:

Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Ernande Valentin do Prado. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, e Escrita – Revisão e Edição: Renan Soares de Araújo; Luciana Moura Mendes de Lima.

Declaração de uso de Inteligência Artificial: Durante a preparação deste trabalho, os autores utilizaram o *Google Gemini* versão 2.5 Flash (29 de maio de 2025) para realizar a primeira revisão ortográfica, facilitar resumo de alguns parágrafos e a primeira versão da tradução do resumo. Após o uso desta ferramenta, os autores revisaram e editaram o conteúdo em conformidade com o método científico e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

Revisores: Thiago Fernandes Dantas (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT)

Sobre as autores:

Ernande Valentin do Prado é graduado em Enfermagem, Sanitarista, Mestre em Educação e Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Renan Soares de Araújo é graduado em Nutrição, Mestre em Educação, Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Luciana Moura Mendes de Lima é graduada em Fisioterapia, Mestre e Doutora em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Recebido em 29 de fevereiro de 2024
Versão corrigida recebida em 30 de maio de 2025
Aprovado em 11 de junho de 2025